

Orçamento Público na Educação Bilíngue Libras/Português: Uma Introdução ao Orçamento do Instituto Federal de Santa Catarina Câmpus Palhoça Bilíngue Libras/Português Perante a Política da Diferença e o Future-se como Proposta Orçamentária.

Jefferson Lemes

RESUMO

O presente artigo traz à tona características *suis generis* da educação bilíngue libras/português perante a política da diferença. Analisou-se o orçamento do Instituto Federal de Santa Catarina Câmpus Palhoça Bilíngue Libras/Português. Tal tema deve ser levado em consideração pelos gestores públicos diante da discussão de investimentos em políticas públicas. A pesquisa foi conduzida de forma a validar a importância da luta do surdo por cidadania. O estudo aborda ainda o histórico do surgimento da Escola Técnica e suas atribuições, a formação do orçamento do Governo Federal em relação ao Ministério da Educação para Instituto Federal de Santa Catarina e do Instituto Federal de Santa Catarina Câmpus Palhoça Bilíngue Libras/Português. Foram apresentados as ferramentas institucionais que o Instituto Federal de Santa Catarina tem para gerenciar seu orçamento. Explicitou-se ainda, uma amostra da sociologia e pedagogia da educação dos surdos, permeando essas realidades. Por fim, foram observados o movimento atual sobre investimento público em educação, na tentativa de catalisar meio para uma proposta viável para solução do problema. Uma proposta vigente pesquisada para esta relação foi o programa do Ministério da Educação intitulado Programa Future-se. De forma panorâmica foi estudado sobre a proposição como oportunidade autêntica de angariar recursos para a educação bilíngue libras/português, sendo esquadrihados criteriosamente os riscos que o programa demonstra ter.

Palavras-chave: Orçamento. Programa Future-se. Política da Diferença. Educação Bilíngue.

1 INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa visa propiciar o conhecimento, de forma introdutória, da educação bilíngue libras/português que está empenhando-se construir e praticar no Instituto Federal de Santa Catarina Câmpus Palhoça Bilíngue Libras/Português(IFSC Câmpus PHB). A forma, o meio e o caminho que está tentando-se produzir conhecimento nesta área da educação é a via da política da diferença. Fonte essa que eleva a maneira de olhar para o sujeito surdo de forma diferente do que é colocado nas conceituações normatizadoras de uma sociedade

colonizadora por natureza. Este conceito diferenciado também oportuniza olhar para o investimento público em iniciativas inovadoras como o IFSC Câmpus PHB de uma maneira única, colocando essa iniciativa em outro patamar de investimento e gerenciamento.

Diante dos problemas orçamentários atuais, a pesquisa propõe-se sugerir um ambiente de discussão que possa discernir alguma solução. O olhar diferenciado para educação bilíngue através da política da diferença, é o tema que deve ser levado em consideração pelos gestores públicos diante da discussão de investimentos em políticas públicas válidas para um sério compromisso com o processo civilizatório do sujeito surdo.

O artigo se desenvolve iniciando uma pesquisa sobre o surgimento da Escola Técnica e suas atribuições, a formação do IFSC Câmpus PHB e suas singularidades. O orçamento do Governo Federal, do Instituto Federal de Santa Catarina(IFSC) e do IFSC Câmpus PHB foram vistos em sua atual conjuntura, trazendo um panorama de sua formação e prática. Também foram apresentados as ferramentas institucionais que o IFSC tem para gerenciar seu orçamento.

Coloca-se a história sociológica e da educação do surdo permeada de forma introdutória, validando a importância da luta do surdo por cidadania, esclarecendo o dever político da sociedade proporcionar um ambiente sério de discussão sobre investimento diferenciado em políticas públicas na educação bilíngue libras/português. Questões como a cultura educacional surda inserida na política da diferença, A educação bilíngue na prática, e o custo do aluno do IFSC Câmpus PHB foram expostas. Essas análises socioculturais educativas e econômicas são apoiadoras no esclarecimento dos desafios reais de orçamento em educação bilíngue e suas diferenciações.

Os movimentos atuais sobre investimento público em educação são importantes para a tentativa de catalisar meios para uma proposta viável de solução do problema do orçamento do IFSC Câmpus PHB. Um dos movimentos que existe e que foi pesquisado para esta relação, foi o programa do Ministério da Educação intitulado Programa Future-se. De forma panorâmica foi estudado a proposição como oportunidade autêntica de angariar recursos, porém, foram esquadrihados criteriosamente os riscos e perigos que o celebre programa demonstra ter.

2 METODOLOGIA

O estudo exploratório e descritivo da pesquisa foram abordados quantitativamente e qualitativamente. A pesquisa aconteceu analisando sites, documentos e bibliografia que deram instrumentos para a exploração e descrição do problema e alternativas de solução para tal. Os dados bibliográficos em Silva(2011) por exemplo, foram extremamente importantes para identificação da política da diferença, e de Costa(2018) para identificação do custo aluno do IFSC Câmpus PHB. As técnicas usadas para levantamento de dados e descrição de problemas aconteceram através de pesquisa de documentação indireta e observação direta intensiva para a realização das proposições. As observações do dia a dia de trabalho nesse Câmpus qualificaram o autor em se relacionar com a técnica de observação direta intensiva, influenciando a pesquisa no tema.

3 O SURGIMENTO DO IFSC CÂMPUS PALHOÇA LIBRAS/PORTUGUÊS

a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. É um universo de 38 Institutos Federais ao longo de todo território brasileiro, tendo mais de 640 campus na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. São mais de um milhão de matrículas, com cerca de 80 mil servidores(CONIF, 2019). É uma instituição com uma estrutura multi campi e de ensino com organização pedagógica verticalizada:

(...) educação básica a superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem os espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado. A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam, na missão destas instituições, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos nas novas unidades deverão ser definidos através de audiências públicas e de escuta às representações da sociedade. (PACHECO 2010, p.1)

Dentro desse escopo educacional, debaixo da tutela da autarquia do IFSC, nasceu na cidade de Palhoça, região da Grande Florianópolis em Santa Catarina, o IFSC Câmpus PHB. Com uma proposta singular de tratar a educação baseada na política da diferença, faz a proposição de trazer o surdo para um ambiente de

aprendizado relacionando a sua cultura, espaço esse também compartilhado com ouvintes. A Cultura surda é reivindicada como uma construção social do sujeito que não ouve, diferente de um olhar assistencialista ao deficiente:

A Cultura surda é reivindicada como uma construção social do sujeito que não ouve, contraponto o viés da incapacidade e deficiência.”[...]propomos a pensar a surdez sob uma perspectiva antropológica, colocando-se as discussões referentes à cultura surda atreladas aos movimentos de lutas em oposição a todas as ações homogeneizantes da vida social. É uma oposição às tentativas de os outros imprimirem a cultura dominante vigente sobre outra cultura preexistente: no caso deste estudo, a cultura surda. (MACHADO, 2012, p19);

Essa proposta vem tentando elevar as questões das diferenças existenciais através da educação, inserida na realidade de uma instituição federal de ensino público e de qualidade, primando a educação como bem público compelido de direito constitucional(DUARTE, 2017). Deve-se ter uma nítida impressão da célebre oportunidade que essa iniciativa tem no universo acadêmico e de formação na educação brasileira, surgida de um ambiente onde “a luta pelo direito à alteridade possibilitou que a diferença cultural do surdo fosse visibilizada também no seio da escola.” (BAR E MASUTTI, 2015, p.11). Com essas características desde seu nascimento este projeto é uma oportunidade única no universo educacional brasileiro.

4 ENTENDER ORÇAMENTO IFSC PARA DEFINIR A DIFERENÇA

Diante dos desafios inerentes à implantação de um novo câmpus, encontra-se o do orçamento financeiro do IFSC Câmpus PHB. Fato que depende totalmente de políticas públicas em relação à educação e orçamento aprovado pelo Governo Federal para o IFSC como um todo. Esse orçamento decorrente de discussões políticas, de gestão em educação do Ministério da Educação(MEC), da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica(SETEC), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica, Tecnológica (CONIF), das ferramentas de divisão do orçamento entre os Câmpus IFSC e das legislações vigentes. Deste contexto político e gerencial, uma característica é clara, a imensa a dificuldades de subsistência em orçamento. Uma realidade exposta atualmente em toda rede do IFSC, como consta em documento do Conselho Superior – órgão

máximo deliberativo da instituição:

Conforme deliberação da 59ª Reunião Ordinária deste Conselho Superior (Consup), realizada em 24 de junho, vimos a público atualizar acerca do bloqueio de 37,18% dos recursos orçamentários destinados às despesas de custeio e investimento do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), ocorrido em 30 de abril, por parte do Ministério da Educação (MEC). Os R\$ 23,5 milhões seguem bloqueados. Preocupados com o cenário, os conselheiros – que representam os diversos segmentos da comunidade interna e externa do IFSC - alertam para a possibilidade de que a instituição paralise as atividades fundamentais à formação a partir do segundo semestre. (IFSC/CONSUP, 2019)

Desta atmosfera é preciso definir e explicar a origem e como é constituído o orçamento do IFSC Câmpus PHB. Deve-se verificar o orçamento dos Institutos Federais inseridos nas organizações de gestão orçamentaria do Governo Federal. Disto, parece importante compreender as siglas;

1. PPA-Plano Plurianual: que estabelece as diretrizes para os gastos do país em um período de quatro anos. Este plano é elaborado no primeiro ano da gestão de um governo e colocado em prática no segundo ano de gestão. Ele explicita os pontos expoentes de execução orçamentária do Governo Federal, em saúde, educação, segurança, e outros. Assim, o PPA é por definição a ferramenta que projeta com antecedência(IFSC, 2016);
2. LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias. Uma Lei anual que estabelece metas e prioridades para o ano seguinte. Limita gastos, indica prioridades em financiamentos e norteia onde o governo pode aumentar despesas. Lei que permite um ajuste no planejamento anual(IFSC, 2016);
3. LOA: Lei Orçamentária Anual. Lei que estabelece de fato o orçamento anual do governo. Despesas, gastos, prioridades de fomento. Prioridades norteadas pelo PPA são definidos nessa Lei. Na LOA está claro o orçamento do Ministério da Educação e o investimento via SETEC nas escolas técnicas detodo o país para o ano posterior, analisando os recursos que podem ser arrecadados. É a ferramenta que coloca em prática, converte em realidade o planejamento orçamentário (IFSC, 2016).

4.1 A MATRIZ CONIF

Através da LOA existem as definições do orçamento de todas as autarquias

vinculadas ao MEC, o que inclui o IFSC. Para obter a garantia do recebimento de um montante orçamentário adequado os Institutos Federais são representados pelo CONIF. Esse órgão tem a responsabilidade de articular questões de orçamento junto ao MEC. Dentro da organização orçamentaria do CONIF existe uma ferramenta chamada Matriz CONIF. É uma ferramenta que respeita as diferenças das ofertas de curso de cada câmpus para definição de orçamento necessário mínimo para o funcionamento:

Essa Matriz define um peso para cada tipo de curso ofertado dentro da Rede. Assim, um aluno de um curso de Gastronomia, por exemplo, não tem o mesmo custo de um aluno de um curso de Administração, pois as necessidades de insumos e laboratórios para as aulas são distintas. Da mesma forma, um aluno de um curso de qualificação profissional, que fica 1-2 meses dentro da instituição não tem o mesmo peso de um aluno de um curso de graduação, que fica o ano todo.(IFSC,2019)

Para essa divisão do orçamento é levada em consideração a quantidade de matrículas de cada instituição e o tipo de curso no qual estão alocadas essas matrículas. Assim, uma instituição com número igual de matrículas pode ter orçamento diferente de outra em função do tipo de curso ofertado em cada uma. Cabe mencionar que o fato de ser uma Matriz que indique o quanto cada instituição precisará, não garante que o Governo repasse os valores em um momento, o que dificulta a gestão de receitas e despesas. Nos últimos anos, foi recebido menos do que o necessário estimado. No período de 2016 e 2017 por exemplo, foram realizados contingenciamentos e vários repasses ao longo do ano, em cima do valor disponibilizado que já era menor que o necessário:

O orçamento de 2016 foi de R\$ 2,545 bilhões para as 41 instituições da RFEPCT, menor que o do ano anterior (R\$ 2,809 bilhões), mesmo com acréscimo de aproximadamente 90 mil matrículas na rede, segundo informações divulgadas pelo conselho nacional das instituições da rede (Conif). Na média de investimento por matrícula, o valor caiu de R\$ 3,7 mil para R\$ 3 mil. A pró-reitora de Administração do IFSC, Aline Heinz Belo, explica que os cortes foram principalmente nos recursos para investimentos e para capacitação (cerca de 50% em cada), além de 10% de cortes no custeio. “É uma situação bem complicada, pois os câmpus estão em expansão”, comenta.

Além da diminuição nos valores repassados, outro fator que complica a gestão dos IFs é que o governo não libera, de uma vez só, todo o recurso disponível, mas sim cotas, que são o limite de quanto a instituição pode gastar com determinada ação. Ou seja, o dinheiro, vem em algumas parcelas ao longo do ano.(IFSC,2016)

Da formação da matriz CONIF vem a definição de quanto de orçamento cada instituição pode receber anualmente em verbas de custeio, investimento, assistência estudantil, custos com pessoal, como salário e aposentadoria. Todas as definições internas de prioridades orçamentárias do IFSC são organizadas por outra ferramenta chamada Plano Anual de Trabalho(PAT) que define como os recursos serão usados pelos 22 campus em toda Santa Catarina. Cada Campus organiza-se através do PAT, com suas aprovações orçamentárias aprovadas em seus colegiados e posteriormente pelo Conselho Superior do Instituto Federal de Santa Catarina(IFSC,2019):

4.2 ORÇAMENTO IFSC CÂMPUS PHB

Como amostra de dados orçamentários, pode-se obter o orçamento de 2019 do IFSC Câmpus PHB elaborado através do Plano Anual de Trabalho(PAT) que foi aprovado na resolução N°06 de 25 de março de 2019, CONSUP/IFSC:

TABELA 1 – ORÇAMENTO 2019 DO IFSC CÂMPUS PHB.

Orçamento PAT 2019	R\$ 1.697.598
IFSC REDE 2019	R\$ 111.533
Ações de custeio	R\$ 1.443.819
Ações de investimento	R\$ 252.784

Fonte: (Elaborada pelo autor com base em CONSUP/IFSC, 2019)

Para a composição do orçamento de custeio do IFSC Câmpus PHB, em cada ano, é preciso descentralizar o orçamento da Reitoria do IFSC que é a Unidade Gestora Executora(UGE) para os câmpus que são as Unidades Gestoras Responsáveis(UGR). Para descentralizar, cada UGR compõe seu planejamento através do PAT e envia ao CONSUP/IFSC para análise, aprovação e posterior divisão do orçamento previsto na LOA (COSTA, 2018). Esta composição é norteadada pelo Plano de Desenvolvimento Institucional(PDI) e o Planejamento Estratégico, que resulta na proposta de orçamento do IFSC na LOA.

4.3 PROBLEMAS E DESAFIOS DE ORÇAMENTO DO CAMPUS PHB

Os dados apresentados na Tabela 1 definem o orçamento sem cortes ou

contingenciamento do governo federal do ano de 2019, com a expectativa de receber o valor integral que pode ser transmitido ao IFSC Câmpus PHB até o final do referido ano. Fica nítido que apenas R\$252,784 de um total de R\$ 1.697.598 pode ser usado para investimento. O valor para investimento é o orçamento que pode ser usado na melhoria de infraestrutura, patrimônio móvel e imóvel, material didático-pedagógico e administrativo, bens permanente e de consumo, como outros investimentos para melhoria da qualidade de ensino da escola. Inserido nesse escopo, existe o gasto em mão de obra contratada para trabalhos de concerto, melhoria e prevenção da infraestrutura do câmpus, que foi de R\$ 68.658,00 em 2019 (IFSC PHB/DAM, 2019). Este valor que é retirado do orçamento de investimento, pode ser gasto todos os anos, somente para este fim, planejando o mínimo de qualidade em segurança e cuidado no espaço escolar de um câmpus do IFSC que tem uma engenharia estrutural complexa. Então, pode-se afirmar que este valor é em média 25% do valor total no ano de 2019 para gastos em investimento, ou seja, um montante considerável do valor em investimento é utilizado apenas para manter as infraestruturas mínimas para funcionamento escolar.

Esses desafios orçamentários de investimento real do IFSC Câmpus PHB devem ser relacionados a discussão sobre um olhar diferenciado do custo aluno surdo do IFSC Câmpus PHB.

5 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOA SURDA NA HISTÓRIA RECENTE.

O direito por uma educação na concepção bilíngue libras/português atual, surge de uma luta que vem desde o século XVIII, vindo de sentimentos e buscas do sujeito surdo, desejando ser considerados uma minoria linguística com uma cultura própria. Essa luta vem demonstrando as realidades discriminatórias contra o surdo nos âmbitos profissionais, educacionais, linguísticos e outros (SILVA, 2001). Do século XVIII, em meio ao ambiente fervilhante da França em que os direitos burgueses, camponeses e artesãos se expandiam, nasce a primeira escola pública para jovens e adultos surdos em Paris, vinculado ao abade L'Epèe:

No convívio com os surdos o abade L'Epèe percebe que os sinais cumpriam as mesmas funções das línguas faladas e que, portanto, permitiam uma comunicação efetiva entre eles. E é com essa leitura que se inicia o processo de reconhecimento da língua de sinais, não apenas em discursos, mas em práticas metodológicas oficiais desenvolvidas nessa primeira escola

pública de jovens e adultos surdos. Além disso, para o abade, os sons articulados não eram o essencial na educação de surdos, mas sim a possibilidade que tinham de aprender a ler e a escrever a partir de sua primeira língua, a língua de sinais. É interessante realçar que, nessa época, a educação de surdos tinha os mesmos objetivos que a educação dos ouvintes, isto é, o acesso à leitura. (SILVA, 2001, P.32)

Esse acontecimento foi a força motriz para o estabelecimento da educação para surdos na França, e a influência para iniciativas de várias formas pedagógicas de ensino na Europa toda. Na continuação do curso da história, demonstra-se que dessa influência surgiu o congresso de Milão de 1880. Com o propósito de discutir temas relacionados à educação de surdos, concentraram-se 182 pessoas de vários países da Europa, em sua maioria ouvintes. O tema mais polêmico que permeou o congresso foi de qual a melhor forma de educar os surdos? Oral auditiva ou viso espacial? Com ampla maioria se decidiu pelo método oral do que o gestual. A partir desse ponto, passando pela ciência mecanicista, por pedagogias com objetivos educacionais religiosos, se difundiu uma educação oralizada para o surdo, pensada em sua maioria por ouvintes (SILVA, 2001).

Com essas discussões fervilhando na Europa, já no ano 1889 na cidade do Rio de Janeiro se formou o Instituto de Educação de surdo Mudos no Brasil por D. Pedro II. Deste tempo, em meio a uma atmosfera de conquistas e derrotas para educação de surdos, em 1923 até 1929, surgiu a Associação Brasileira de surdos, que labutou constantemente por uma educação na língua materna, sinalizada. Porém, com muitas dificuldades não conseguiu ultrapassar a barreira de medicalização, influenciada pelas discussões na Europa daquele tempo:

As ideias dominantes, nos últimos cem anos, são um claro testemunho do sentido comum segundo o qual os surdos correspondem, se encaixam e se adaptam com naturalidade a um modelo de medicalização da surdez, numa versão que amplia e exagera os mecanismos da pedagogia corretiva, instaurada nos princípios do século XX e vigente até nossos dias.(SKLIAR apud MACHADO, 2011, p.17)

Em Santa Catarina a iniciativa precursora do professor surdo Francisco Lima Júnior, que com sua formação educacional e política abrangente, conseguiu articular junto aos governantes locais o primeiro espaço educacional para surdos na escola Celso Ramos em Florianópolis. Esta proposta educativa tinha o objetivo de ensinar a

Língua brasileira de sinais, a leitura e escrita do português.(SILVA, 2001)

Dando um salto histórico para descrever um pouco sobre a educação técnica para surdos, De acordo com os dados da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, em 1988, o câmpus situado na cidade de São José matriculou o primeiro aluno Surdo, no curso técnico em refrigeração e Ar Condicionado(Silva,2001). Somente depois de quatro anos da permanência do aluno que a escola propõe uma alternativa pedagógica para seu desenvolvimento e aprendizado. Desta iniciativa nasce o NEPS – Núcleo de Educação Profissional para surdos, que desenvolveu embrionariamente um ambiente pedagógico de aprendizado bilíngue, com muita luta política para a obtenção na qualidade da educação pública como direito de todos (SILVA, 2001). Este núcleo a partir de 2003 é denominado NEPES – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de surdos (MORAIS apud BAR e MASUTTI, 2015). Desta atmosfera de luta pela alteridade e a política da diferença nasce o IFSC Câmpus Palhoça Bilíngue Libras/Português:

No Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) o trabalho com surdos foi iniciado há mais de duas décadas, tendo como principal desdobramento a criação do Câmpus Palhoça Bilíngue, que se constituiu em um território fértil para a inovação e o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à construção do conhecimento a partir de vivências educacionais com os surdos e suas comunidades. Inaugurado oficialmente em dezembro de 2012, o câmpus Palhoça Bilíngue vem sendo construído desde os idos da década de 1990, quando, de uma pequena sala improvisada do câmpus de São José, organizou-se o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos – NEPES, liderados por educadores e pesquisadores que se colocaram para a diferença, conceito esse que é basilar para as problematizações em torno da Educação Bilíngue. A luta pelo direito à alteridade possibilitou que a diferença cultural do surdo fosse visibilizada também no seio da escola. (BAR e MASSUTI, 2015, p11)

A história culmina na projeção do IFSC Câmpus PHB se tornando realidade como o início de um grande desafio. Um enfoque provocador em suas principais perspectivas; a necessidade de perceber o outro como diferente e suas peculiaridades, trazendo esse outro a um ambiente educativo propício ao desenvolvimento completo de sua cidadania. Diante dessa introdução histórica, para uma continuidade realística, deve-se analisar no mínimo (1) a cultural educacional surda inserida na política da diferença, (2) A educação bilíngue na prática, (3) e o custo do aluno do IFSC Câmpus PHB. Essas análises socioculturais educativas e econômicas vão colaborar para explicitar a realidade orçamentaria e os desafios reais em educação e suas diferenciações.

5.1 ASPECTOS POLÍTICOS CULTURAIS NA EDUCAÇÃO PARA SURDO E A POLITICA DA DIFERENÇA

Compreendendo a análise de um ambiente de proposição em educação bilíngue libras/português e o custo do aluno surdo no IFSC Câmpus PHB, deve-se observar os aspectos socioculturais da educação do surdo. O ponto inicial é a percepção de como historicamente foi construído a narrativa da compreensão do surdo em suas realidades. Na linha traçada da história da educação para surdos tem-se a impressão nítida de uma hegemonia oralista, ou seja, fazendo uma educação para que o surdo possa ser incluído em uma sociedade que fala, e o sujeito que não fala tem muitos problemas para enfrentar essa realidade desafiadora e desigual. Inserido em uma ótica inclusivista, o surdo perdeu muito na construção de sua história como sujeito e por consequência nas construções das políticas educacionais. Representa ser que, não é exatamente a abordagem metodológica sobre educação de surdo que precisa ser definida, e sim procurar responder os anseios da necessidade de “definição ideológica a respeito da surdez” (MACHADO, 2011, p.15). A comunidade surda parece ter perdido muito na concepção das políticas educacionais, “mas não totalmente por seu desmérito” (MACHADO, 2011, p14), e sim por uma influência forte da comunidade ouvinte e suas supremacias de narrativas na história e educação.(MACHADO, 2011)

Na contramão deste ambiente, a década de 90 parece ter sido o tempo efervescente no processo de exposição e concretização de diálogos sobre as problematizações na educação bilíngue no Brasil e no mundo afora. Cenário exposto claramente nas pesquisas e escritos de Machado (2011) que foi um dos precursores do projeto do Câmpus:

O discurso do reconhecimento das especificidades da comunidade surda, sua língua e sua cultura, historicamente procurou um espaço de inclusão na elaboração das políticas educacionais. As comunidades surdas que estão refletindo e debatendo sobre esse tema defendem a proposta do bilinguismo, com o objetivo que seja reconhecido o direito da aquisição e do uso da língua de sinais e que, conseqüentemente, possam participar do debate educativo e cultural de sua época em igualdade de condições e oportunidades. O XII Congresso Internacional da Federação Mundial dos surdos(apud SKLIAR, 1996, p.5), realizado em Viena, no ano de 1995, apresentou, entre outras, esta conclusão:
[...] o oralismo versus a língua de sinais já não é uma questão contemporânea. Nós já transcendemos esta controvérsia e, para abordar o

próximo século, deixamos o congresso de Milão no passado. As tendências de 1995 são: reconhecimento e respeito pela língua de sinais como língua da comunidade surda, e reconhecimento da educação bilíngue. (MACHADO, 2011, p.23)

Nisso, o referido autor é categórico em pronunciar que “a surdez constitui-se como fenômeno cultural”.(MACHADO, 2011,p25) Esse ambiente parece ter sido o estopim para as proposições do surdo como sujeito diferente, e não sujeitos incapazes. Sujeito esse que pode e tem capacidade de pensar, planejar e concretizar políticas públicas para sua diferença cultural em relação a cultura colonizadora. Ambiente próprio para uma proposta concreta e em construção de educação bilíngue percorrendo o viés da política da diferença.

A política da diferença que colabora para tentativas em educação bilíngue no âmbito da educação profissional pode ser considerado a linha de pensamento que reforça o objetivo de fazer que a cultura hegemônica se adapte com aquele que é diferente, sabendo que tudo e todos fazem parte da mesma realidade e devem ser considerados iguais. Essa iniciativa faz os movimentos de pessoas que estão a margem, como o surdo, terem um combustível e um norte na luta de cruzar fronteiras. É definitivamente um ato político. Este modo de se comportar da pessoa surda em relação às experiências e realidades vividas, influenciam todas suas atitudes, incluindo o modo de se ver inserido nas propostas de aprender e ensinar. Essa maneira de se comportar e pensar o mundo transforma a maneira de planejar educação. Faz que o surdo não seja visto inserido no “discurso medicalizado” (SILVA, 2011, p.14). Nesta mesma referência, o autor Professor Vilmar Silva, que foi um dos cofundadores e o primeiro Diretor Geral do IFSC Câmpus PHB, afirma essa teoria esclarecendo a política da diferença com maestria :

A política da diferença, para os sujeitos que estão à margem, não representa apenas uma estratégia de enfrentamento, mas de sobrevivência, tornando-se inevitável a construção de outros territórios de significados não vinculados ao discurso dominante. Ao contrário dos pressupostos colonialistas, a política da diferença se propõem a criar mecanismos que façam circular os saberes dos sujeitos que estão às margens. O surdo, por essa perspectiva, ao narrar suas histórias, seus saberes, suas práticas culturais, abre um conjunto de enunciados que, para produzir sentidos, relaciona-se com uma série de outros enunciados que com ele coexistem em um espaço historicamente delimitado. Suas histórias, saberes e práticas culturais, constituídos de múltiplos enunciados, ao circularem nesses espaços, ao mesmo tempo que rejeitam a lógica binária, infiltram-se no discurso do colonizador tornando estranha a base de sua autoridade.(SILVA, 2011, p.14)

Expondo saberes como esse, começa-se entender como a sociedade e o poder público deve conceber o investimento necessário nesta forma de educar. Iniciativas de olhar de maneira acreditável em relação ao outro diferente, é fundamentalmente ideal para proporcionar uma aplicação clara de políticas públicas para o sujeito surdo. Assim com certeza o peso monetário orçamentário real que é fomentado no custo do aluno surdo pode ser revalidado, ou seja, investir o valor real do custo que deve-se propor para uma educação emancipadora. Nisto, é preciso dar um passo a mais para entender a urgência de uma observação diferenciada para o orçamento do IFSC Câmpus PHB tendo a percepção casual da educação bilíngue Libras/Português na prática.

5.2 A EDUCAÇÃO BILÍNGUE NA PRÁTICA: PORTUGUÊS PARA SURDOS COMO SEGUNDA LÍNGUA

Definido o norte que está pavimentando a proposta de educação bilíngue da escola, existe uma necessidade de perscrutar as aplicações práticas. Tentou-se identificar o ensino prático da língua portuguesa como segunda língua para o surdo, com intenção de esclarecer as formas diferenciadas de aprendizagem. Porém, de início, foi compreendido que existe campo de estudo e uma vasta fonte de pesquisa pactuando a língua portuguesa como segunda língua para o sujeito surdo, e que este trabalho não pesquisa de forma analítica todo este múltiplo campo de especulação. Para ilustrar esta realidade, Silva (2016), esclarece que:

(...) perspectiva de leitura vista como uma atividade cognitiva, cultural e social, fundamental para sobreviver na atual sociedade, sendo que para os surdos trata-se de uma questão ainda mais profunda, multifacetada, polêmica e necessária, seja compreender os discursos na língua de sinais ou ler a escrita da língua portuguesa. (SILVA, 2016, p.19)

Há presente duas línguas na educação de surdos: a LIBRAS e o Português.. Para que o surdo aprenda a língua portuguesa em uma pedagogia bilíngue é preciso uma sistematização e organização na sua língua, a LIBRAS, para o desenvolvimento do aprendiz. Diante da proposta de ensino do português como segunda língua é nítido uma língua espaço-visual e outra oral-auditiva, com isso,

sabendo que o sujeito de aprendizagem não é usuário do canal auditivo, o ensino da língua oral deve ser ensinada na visão da língua diferenciada. Pode-se compreender que a maneira de aprender inserido nessa pedagogia, se dá em todos outros campos de conhecimento que serão ensinados para o surdo. A chamada pedagogia da diferença surda.(SILVA, 2008)

Para atingir este meio de ensino, percebe-se que é preciso provocar a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua, pois a relação desta língua com a língua brasileira de sinais é uma relação de descontinuidade:

(...) a descontinuidade entre as duas línguas reside no fato que a escrita alfabética da língua portuguesa não mapeia o sinal da Libras com que o surdo pensa e se comunica e nem é capaz de resgatar diretamente esse sinal. (SILVA, 2016, p.35)

Então, em todo o processo de ensino é preciso demonstrar os fatores morfológicos e lexicais que vão ser ensinados na língua portuguesa, explicando em libras de forma detalhada. Toda a construção para o entendimento perpassa por um ambiente que explique a ideia do tema a ser aprendido e todos os parâmetros ou regras que fazem parte daquele aprendizado. Também é peculiar e aguçador a percepção que o aluno tem sobre a vida e o mundo, que é muito importante para evolução do ensino:

Compreender textos em língua de sinais e escritos em português, envolve fatores como: o conhecimento prévio que o leitor tem sobre o tema e o (des)conhecimento de vocábulos utilizados no texto. A compreensão é beneficiada pela experiência e pelo conhecimento que o leitor tem sobre a vida e sobre o Mundo e também da riqueza lexical que o leitor possui. Simultaneamente, tal como num círculo virtuoso, a leitura horizontaliza o conhecimento que o leitor tem sobre a realidade e aumenta o leque de vocábulos conhecidos.(SILVA, 2016, p.41)

Além disso, a necessidade de um ambiente bilíngue e intercultural é algo enfatizado. Um ambiente bilíngue focado em libras é o lugar onde a língua de sinais, sinalizada ou escrita tem interação, circulação e socialização de conhecimentos com a língua nativa, no caso do Brasil a portuguesa, falada e escrita; ou seja, um ambiente totalmente diferente de outro bilíngue, onde teríamos duas ou mais línguas sendo faladas. Neste ambiente necessário, existe uma língua sinalizada (visual-espacial) e outra falada (oral-auditiva).(SILVA, 2016) Em todo esse contexto é

necessário uma promoção constante dos atores desta realidade, com iniciativas de diálogos entre alunos surdos e ouvintes, projetos de extensão, atividades dentro e fora do câmpus, materiais didáticos diferenciados, eventos e toda estratégia para que o aprendizado seja o mais abrangente possível:

A influência desse ambiente, na escolarização, sobre o indivíduo é extremamente forte, sendo determinante na formação do seu caráter e na sua maneira de ver o mundo. E essas crenças têm um impacto significativo na aquisição de uma segunda língua, já que não apenas a cultura do indivíduo configura seu caráter, mas recebe também a influência de um outro meio social e cultural através da nova língua, levando-o a compartilhar e enriquecer o seu conhecimento prévio de mundo e conseqüentemente a uma melhor compreensão do que leem, desde que tenham estratégias didáticas condizentes com suas necessidades. (SILVA, 2016, p.47)

Fica claro que esses dados colocados não podem ser um conceito final sobre o assunto. Servem para um olhar introdutório da diferenciação do ensino bilíngue libras/português, e que deve ser visto como uma política pública emancipadora em educação. Sujeito surdo ensinado em sua língua e sendo recebidos pelas comunidades educativas como sujeitos diferentes é a maneira mais evidente e rica de construção de educação bilíngue libras/português.(Silva, 2016)

5.3 A NECESSIDADE DE UM OLHAR DIFERENCIADO PARA O CUSTO ALUNO DO IFSC CÂMPUS PHB.

O custo por aluno no IFSC Câmpus PHB é visto pelas pesquisas, análises e conclusões de COSTA(2018), que propõe desenvolver a “sistematização dos custos por aluno nos cursos ofertados pelo Câmpus Palhoça Bilíngue do IFSC.” (COSTA, 2018, p.7) É proposto que pesquisas que procuram elucidar essas especificidades de ensino podem recomendar base científica para desenvolvimento de legislação que afirma um custo diferenciado por aluno(COSTA, 2018). Com relação à necessidade deste olhar diferenciado para o câmpus PHB afirma que:

O câmpus Palhoça Bilíngue é um câmpus de ensino diferenciado do IFSC, devido às especificidades de cursos que são oferecidos em diferentes níveis e modalidades de ensino bilíngue, ao passo que essas características podem estar associadas a custos particulares deste câmpus, fazendo com

que o custo por aluno deste apresente um peso maior do que nos demais câmpus.(COSTA, 2018, p.23)

Para chegar em um valor comum de custo por aluno, são analisados vários dados, como folha de pagamento de servidores, auxílio financeiro a estudantes, divisão financeira de departamentos, custos indiretos, etc. Estas etapas são importantes para chegar em valores mensuráveis, como constatação dos recursos utilizados, Identificação dos centros de custos de apoio como Direção Geral, Departamento de Administração e Departamento de Ensino Pesquisa e Extensão, verificação dos centros de custos principais como cursos, alocação dos custos diretos, indiretos e totais. Estas análises geram dados para comprovar o custo por matrícula, a divisão do custo de cada curso pelo número de alunos, e por fim, para comparar o custo por matrícula pela divisão do custo de cada curso pelo número de alunos. (COSTA, 2018)

Os itinerários formativos do IFSC Câmpus PHB são dois; educação bilíngue; que procura formar profissionais aptos a desenvolver, orientar e propagar conhecimentos nas áreas de educação para surdos, e multimídia; que procura formar profissionais preparados para trabalhar em áreas nas diversas formas de mídias. Ambos articulados pela perspectiva bilíngue. São compostos em quatro frentes de ensino; a especialização, graduação, técnico e formação inicial e continuada(FIC).(COSTA, 2018).

TABELA 2 – NÚMERO DE VAGAS E MATRÍCULAS – TÉCNICO, GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO

Nome do Curso	Total de Matrículas	Nº de Vagas	Turno
Técnico em Tradução e Interpretação de Libras	7	0	Vespertino
Técnico em Tradução e Interpretação de Libras	113	80	Noturno
Técnico em Comunicação Visual	237	116	Vespertino

Técnico em manutenção e Suporte em Informática	40	40	Noturno
Graduação em Pedagogia Bilíngue – Libras/Português	39	40	Noturno
Graduação em Tecnologia em Produção Multimídia	141	80	Noturno
Especialização em Educação de surdos	39	40	Integral

Fonte: (COSTA, 2018)

A tabela acima constatou que no ano de 2017 o câmpus efetuou a matrícula de 1248 alunos em todas as frentes de ensino. Os cursos técnicos correspondem a 31,81% do total de matrículas ofertadas.

Os dados são de muita importância, pois são os que futuramente podem realçar a relação do custo aluno surdo. O exemplo nítido é o curso técnico em comunicação visual com 237 matrículas de alunos ouvintes e surdos, ficando com o custo do aluno por ano de R\$ 14.050,36. Isto sem diferenciação entre alunos ouvintes e surdos(COSTA, 2018). Esse é o curso que apresenta o investimento referente ao gasto por aluno em relação a carga horária de aula/professor com mais propriedade.

De importância essencial é observar as atividades docentes desenvolvidas:

3% em Pesquisa, 1% em Extensão, 18% em Gestão e Representação e 18% em atividades de Capacitação e Qualificação. Logo, cerca de 70% dos custos com a folha de pagamento dos professores foram distribuídos diretamente e 30% indiretamente.(COSTA, 2018, p.75)

Elementos que revelaram as variadas formas de planejamento de aulas que os docentes têm se empenhado, nos mais diversos cursos que o Câmpus oferece, observando que “66% estão vinculados a mais de um tipo de curso.”(COSTA, 2018, P.77) Desta mais variadas formas de planejar e fazer docência, mais da metade dos docentes estão vinculados diretamente no ensino bilíngue. Ensino com uma proposta que faz-se ter um planejamento diferenciado e meticuloso, na forma de ensinar e aprender para o aluno surdo, e sempre propondo um ambiente bilíngue. Disto, fica claro que é necessário um estudo mais específico do custo do aluno surdo:

Considerando que o câmpus Palhoça representa uma unidade diferenciada de ensino, por trazer a particularidade de ser um câmpus Bilíngue, sugere-se também um novo estudo para esse câmpus, considerando a diferença dos custos de turmas de alunos surdos e de turmas de alunos ouvintes, posto que, acredita-se que cada tipo de turma requeira atendimento e estruturas diferentes, ao passo que não foram consideradas por esse estudo.”(COSTA, 2018,p.105).

6. O FUTURE-SE COMO OPORTUNIDADE

A atual conjuntura relacionada ao orçamento do IFSC Câmpus PHB parece não propor muitas oportunidades de discussões sobre o olhar diferenciado para educação bilíngue libras/português no âmbito acadêmico ou político. Para o desafio orçamentário das IFES e do IFSC Câmpus PHB, o projeto do Ministério da Educação batizado pela atual gestão da pasta de Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE(MEC,2019) lançado no dia 17 de julho de 2019 via minuta de projeto de lei. Este programa propõe, Segundo o MEC em seu site, “buscar o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades e institutos federais.”(MEC, 2019) O programa é dividido em três eixos; Gestão, Governança e Empreendedorismo, pesquisa e inovação e internacionalização; que vão ter entre vários objetivos os de:

1. promover sustentabilidade financeira estabelecendo limites de gastos com pessoal;
2. transparência financeira;
3. gestão imobiliária;
4. instalação de centros de pesquisa;
5. aproximar instituições das empresas através da pesquisa e inovação;
6. estimular intercambio;
7. firmar parcerias com instituições privadas para promover publicações de periódicos fora do país, entre outros.(MEC, 2019)

O MEC apresenta o programa como um proporcionador de ambiente em que as IFES poderão aumentar suas receitas próprias estimulando várias formas de parcerias públicas/privadas na intenção de gerar receita própria dependendo menos do orçamento do Governo Federal e outros contratempos financeiros como os contingenciamentos.(MEC, 2019)

O programa é por adesão voluntária e pode ter contratos de gestão celebrados com Organizações Sociais, para gerenciamento administrativo-

financeiro. Haverá também a implementação do fundo soberano que funcionara com regime de cotas, sendo de direito privado com o objetivo de aumentar a autonomia financeira das instituições federais de ensino.

6.1 REAIS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO

Todos as IFEs do Brasil tem a oportunidade de análise do programa como desenvolvimento orçamentário. Para tal reconhecimento inicia-se esclarecendo que LEHER (apud CRH-UFBa, 2019) é esclarecedor quando faz uma argumentação em relação em pesquisar um projeto de lei:

(...) não é cientificamente adequado analisar um projeto de lei que institui um “programa” por meio da análise artigo a artigo para, ao final, fazer um balanço do tipo, os artigos x, y e z são positivos, os “a” e “b” são negativos, logo o projeto é mais positivo do que negativo. Esse é um procedimento rudimentar que desconsidera as consequências sistêmicas de, em tese, um único artigo definir o rumo de uma dada política: cada artigo tem de ser haurido do *corpus* legal e do contexto econômico político.” (LEHER apud CRH-UFBa, 2019, p.187)

Os objetivos do MEC a serem alcançados com o referido programa tem a motivação de desbravar a liberdade financeira das IFES, esfera aonde se localiza o IFSC Câmpus PHB. A proposta cria a oportunidade da captação de receitas próprias através da contratação de Organizações Sociais ou Fundos de Apoio pela administração pública. Essas receitas serão complementares, não envolvendo o atual orçamento. O conceito do incentivo financeiro está sendo intitulado como cultura empreendedora dentro das universidades em uma visão sistêmica no desenvolvimento em projetos. Este é o enredo que envolve a implementação e o envolvimento do future-se.

Trazendo a tona conceitos de grandes pensadores como Darci Ribeiro e Milton Friedman¹, o MEC traz no cerne da proposta a constituição de um Fundo Soberano do Conhecimento(FSC). Lima relatado no CRH-UFBa(2019) afirma que é um fundo de investimento multimercado, composto por fundos de investimentos imobiliários. Esses fundos são formados a partir da absorção de bens imobiliários da

¹ Câmara de Deputados, Comissão de Finanças e Tributação. Apresentação e debate do programa FUTURE-SE, do Ministério da Educação, 2019. (36m41s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a7ZGzlw2BY>. Acesso em: 30 out.2019.

União e fundo de investimento em participação. Também afirma-se que outros países tem fundos soberanos finitos como minério e petróleo, porém, esse fundo proposto no programa é infinito para o financiamento das universidades, pois além da natureza em bens móveis da união, deve nascer de projetos de pesquisa, inovação e empreendedorismo, que tem uma natureza humana sem limites. Despojando assim a esperança de investimento de outros países em inovação nas/das universidades brasileiras. Além do “*funding*”, que poderá dar acesso a mais de R\$100 bilhões por empresas juniores(CRH-UFBa, 2019). O grande exemplo influenciador do programa são as universidades estrangeiras como Harvard(EUA), Cambridge(UK), University of California(EUA).(LIMA apud CRH-UFBa, 2019) São Universidades que existem financiadas em média com apenas 30% de orçamento com recursos público.²

6.2 APLICAÇÕES CLARAS DO PROGRAMA FUTURE-SE NO IFSC CÂMPUS PHB

O orçamento do IFSC Câmpus PHB pode ser beneficiado pelo programa future-se, como;(1) Por existirem limites legais para elaboração do orçamento do IFSC como um todo e assim influenciando o orçamento do IFSC Câmpus PHB, o Fundo de Autonomia Financeira que absorve os fundos de investimentos imobiliários(FII) e o fundo de investimento em participação(FIP), parecem uma sublime oportunidade para o Câmpus elevar seu patamar orçamentário. Otimizando o gerenciamento, pode-se alavancar recurso através da exploração do patrimônio institucional, como aluguel de quadra poliesportiva, do aluguel do prédio para eventos, da comunicação com os órgãos responsáveis em venda e compra de imóveis da União com a intenção de receber recursos através destas transações, entre outros. Isto, sabendo que o orçamento vindo destas fontes são um incremento sem limite legal, pois a proposta deixa claro que é extraorçamentário;(2)O Fundo Soberano de Conhecimento(FSC) parece deixar aberta uma porta para que projetos de pesquisa e inovação sejam um chamariz de investidores externos. O IFSC Câmpus PHB pode explorar esses investimento em pelo menos três áreas de conhecimento;(a) Na constituição de projetos de várias formas e em várias áreas de

² Câmara de Deputados, Comissão de Finanças e Tributação. Apresentação e debate do programa FUTURE-SE, do Ministério da Educação, 2019. (26m15s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a7ZGzIzW2BY>. Acesso em: 30 out.2019.

conhecimento próprios para a comunidade surda, e interessados em estudar ou financiar projetos nas perspectiva Bilíngue Libras/português,(b) na construção de propostas de projetos inseridos no núcleo de produção bilíngue, que é o núcleo criativo de material bilíngue nas mais variadas formas de mídia(multimídia) do IFSC Campus PHB, (c) Na produção, formação, gerenciamento de projetos de produções multimídias ou linguagens tecnológicas dos cursos afins, como o Tecnólogo e Produção Multimídia(TPM). Estas ideias são apenas três exemplos de uma vasta gama de oportunidades que estão inseridas nos itinerários formativos, vinculando a natureza do Câmpus com os ideais do programa future-se, oportunizando novos recursos extraorçamentários.(3)A proposta lança em seu bojo a autorização do “*naming rigths*”, que é a oportunidade de empresas, patrocinadores, investidores terem oportunidade de associar suas marcas aos projetos que serão financiados pelas próprias. Na atualidade é notório que empresas tem céleres propósitos de associar suas marcas com causas que promovam uma sociedade mais igualitária. O que tem conexão plena com os objetivos do Câmpus. Ambiente de trocas que movimenta parcerias e investimentos financeiros em projetos institucionais do câmpus ou em projetos de professores e alunos.

A proposta do programa future-se é clara em sua flexibilização para alcançar patamares agradáveis em estrutura orçamentária, fora dos limites legais, contratemplos orçamentários governamentais e burocráticos gerenciamentos financeiros. Fica evidente em uma breve análise que, pode-se tirar proveito financeiro na abertura para o mercado que o programa propõe. Contudo, desvencilhando-se um pouco da discussão sobre as especificidades orçamentárias da escola pesquisada, é de preciso sentimento a necessidade de aclimatar o programa de forma panorâmica, ou seja, de avaliar em que ambiente real está acontecendo a proposição.

6.3 BREVE ANÁLISE DO AMBIENTE HISTÓRICO, POLÍTICO, CULTURAL E LEGAL DIANTE DA PROPOSIÇÃO DO PROGRAMA FUTURE-SE.

O que pode elevar um sentimento de anuência sobre as propostas reais do programa future-se são as impressões que a opinião pública tem em relação aos problemas do Ensino Superior. Pesquisadores discutem o tema há tempos, sem soluções plausíveis para sanar essas impressões e na tentativa de promover uma

educação pública de qualidade. Isto já é colocado desde a década de 90, como escreve Schwartzman(1996):

- qualidade: existiriam universidades boas, cursos de graduação e programas de pós-graduação de boa qualidade, mas muita coisa - possivelmente a maior parte - de má qualidade. Nem tudo que se chama de "universidade", ou "universitário", mereceria realmente este nome. O mercado profissional estaria sendo invadido por profissionais incompetentes.
- conteúdos: haveria demasiados estudantes em cursos sem conteúdo técnico-profissional, e poucos com formação pertinente às necessidades. O país não estaria formando os técnicos e profissionais de que realmente necessita.
- subemprego: a proliferação de cursos de má qualidade, ou de conteúdos inapropriados, principalmente pelo setor privado, estaria levando a uma saturação do mercado de trabalho, com pessoas de nível universitário ocupando empregos de nível médio.
- custos : as universidades públicas seriam demasiado caras para o governo, e as universidades privadas, demasiado caras para os estudantes.
- equidade: o processo seletivo do sistema público excluiria estudantes camadas sociais menos favorecidas, que não tiveram como obter uma boa educação secundária, levando-os a buscar o sistema privado, onde encontrariam a barreira da má qualidade e das mensalidades elevadas.
- concentração: o governo concentraria os recursos para a educação superior na região, centro-sul, em detrimento das regiões mais pobres, e sobretudo do Nordeste. (SCHWARTZMAN, 1996, p.2)

Sugere-se que neste mesmo ambiente, os que tinham estas impressões negativas do ensino superior, promoveram uma tentativa de transformação das universidades, que também acontecem desde os anos 90. Transformações baseadas nos princípios da flexibilidade, competitividade e avaliação, o que parece ter uma similaridade com o programa future-se. Oliveira e Dourado(2003) colocam em sua pesquisa que a partir destas transformações o ensino público se mercantilizou:

Desde 1995, a educação superior passou a receber um choque de mercado. Tal processo vem sendo categorizado como mercantilização ou quase-mercado na educação superior, na medida em que o sistema de ensino superior passa a ser orientado e estruturado, basicamente, pelos sinais do mercado e pelos interesses dos empresários da área de ensino. A competitividade mercantil foi incorporada a lógica das políticas públicas do governo federal na medida em que houve um processo de facilitação de instituições e de cursos, da adoção de uma perspectiva de tratamento dos alunos como clientes e/ou consumidores de produtos acadêmicos, da ênfase em uma expansão pela via das IES e cursos privados, da redução de gastos nas IFES, dentre outras.(OLIVEIRA E DOURADO, 2003, p.2)

A tensão da discussão de qual natureza evidencia-se reconhecer o ensino superior, o profissional de ensino e o aluno, ainda perdura até os tempos atuais. São estas as discussões políticas, sociais e legais que norteiam as críticas de um reconhecido ambiente fatídico que permeiam a publicação do programa para a opinião acadêmica e pública. O reconhecimento deste ambiente é importante para que o IFSC Câmpus PHB possa ter certeza das consequências da absorção dos critérios do programa future-se.

As entidades representativas do ensino superior e os conselhos das mais variadas universidades do Brasil afirmam que o programa foi posto em pauta em um ambiente de contingenciamento orçamentário e de teto de gastos com a Emenda Constitucional 95 de 2016. No CRH-UFBa(2019) que analisou as mais variadas opiniões sobre o tema, traz a avaliação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Macuri Diamantina – Minas Gerais, UFVJM:

É salutar e bem-vinda uma discussão sobre os modelos de financiamento do ensino superior no país, especialmente frente ao grave quadro de subfinanciamento imposto às IFES pela Emenda Constitucional 95 de 2016 (Teto dos Gastos Públicos), e pelos recentes contingenciamentos de recursos do Ministério da Educação, que impactaram de forma significativa e prejudicial a capacidade de custeio das IFES. É neste contexto, portanto, do mais grave quadro de subfinanciamento da educação brasileira dos últimos 30 anos, que o Programa FUTURE-SE está sendo proposto.(CRH-UFBa , 2019, p.77)

Nesta realidade em que vem à tona a proposta de Lei Complementar ou medida provisória, fato ainda não resolvido pelo Ministério da educação³, A ANDIFES(Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) afirma que é questionável que a proposição de gestão administrativa acontecendo com a contratação de uma Organização Social(OS) comprometeria a “autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e mesmo em sua autonomia didático-científica, em conflito com o artigo 207 da Constituição Federal de 1988.”(ANDIFES apud CRH-UFBa, 2019, P.44) Na continuidade das suas colocações sobre o programa no referido documento a ANDIFES afirma que o Fundo de Investimento em Participação(FIP) pode sugerir um

3 Câmara de Deputados, Comissão de Finanças e Tributação. Apresentação e debate do programa FUTURE-SE, do Ministério da Educação, 2019. (1h24m05ss). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a7ZGzIzW2BY>. Acesso em: 30 out.2019

descompromisso crescente com o financiamento público do ensino superior, no que atentaria contra o artigo 55 da LDB (Lei No 9.394, de 20/12/1996), segundo o qual: “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”.(ANDIFES apud , CRH-UFBa, 2019, P.44)

Da mesma forma, se avalia que o programa pode modificar 16 leis:

De fato, o PL é abrangente. Modifica 16 leis, como as Leis nos 8.010/1990, 8.032/1990, 8.313/1991, 8.248/1991, 9.249/1995, 9.250/1995, 9.394/1996, 9.532/1997, 9.637/1998, 9.991/2000, 10.735/2003, 10.973/2004, 11.196/2005, 12.550/2011, 12.772/2012, 13.243/2016. A amplitude do disposto nestas leis confirma que está em curso uma mudança substantiva no marco legal da educação superior (LDB), da ciência e tecnologia (importações, informática e automação, inovação tecnológica, marco legal), comercialização de energia elétrica, cultura (Pronac, lei de incentivo à cultura), de normas tributárias (imposto de renda, Lei do Bem, lucros auferido no exterior, regime especial de tributação para a plataforma de exportação de T.I.), organizações sociais (lei das OS, Projeto de Interesse Social), carreira do magistério do ensino superior, EBSEH. (LEHER apud CRH-UFBa, 2019,p.188)

Sendo posto que projetos de professores podem trazer recursos para si próprio, o que pode deixar esses profissionais ricos, na fala do Ministro da Educação⁴, coloca-se um fundamento de competitividade de natureza privada que transformaria em curto prazo o caráter e “qualidade científica, tecnológica, filosófica e artística de caráter público e socialmente referenciada.” (UFVJM apud CRH-UFBa , 2019, p.81)

Por fim, as ponderações de grande parte dos profissionais da educação pública do Brasil trazem ao bojo da discussão da implementação do programa future-se um certo risco, locando na natureza de educação como direito constitucional para os mais diferentes tipos de pessoas e realidades, uma natureza de educação como produto a ser disponibilizada para um mercado de consumo. Realidade que reflete vários interesses e disputas em relação a educação superior. Como é colocado como adesão voluntária aos IFES, sugere-se salutar que a comunidade surda e os estudantes em geral precisam avaliar esses aspectos antes de receber o projeto em seu seio acadêmico.

4 Câmara de Deputados, Comissão de Finanças e Tributação. Apresentação e debate do programa FUTURE-SE, do Ministério da Educação, 2019. (29m21s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a7ZGzlw2BY>. Acesso em: 30 out.2019.

7 Conclusão

Para uma melhor compreensão e alcance em analisar o ambiente de proposição de uma educação bilíngue libras/português e o custo do aluno Surdo no IFSC Câmpus PHB, analisou-se aspectos socioculturais da educação do surdo simultaneamente com a identificação da formação e gestão de orçamento de um Câmpus em uma instituição federal de ensino, pesquisa e tecnologia. Também foram identificados alternativas de complementação de orçamento para vislumbrar possíveis realidades. Foi por isso que a pesquisa adentrou ambiente científico de pesquisadores que são servidores do próprio câmpus, trazendo a baila as percepções de quem presta serviços públicos deslumbrando o sucesso do projeto de educação bilíngue libras/português em uma escola técnica profissional brasileira.

Contemplar um espaço ideal na espreita dos acontecimentos políticos nacionais da atualidade em vista da correlação de forças dos profissionais da educação bilíngue lutando por um espaço mínimo para proposições sobre o tema, é de veras importante para poder entender verdadeiramente o que é a luta por um digno conceito de cidadania para a pessoa surda. Na atual conjuntura parece ser um caminho claro à se analisar em relação a tentativa de obter um orçamento diferenciado e incrementado para os desafios da educação bilíngue do IFSC Câmpus PHB, a percepção deste ambiente proposto até aqui, e o que pode ser planejado para o futuro. O aluno surdo e o ensino bilíngue em suas proporções de pesquisa, planejamento e prática no dia a dia de aulas, o oferecimento de um ambiente bilíngue nos diversos atendimentos libras/português e a interpretação em libras são custos ainda não calculados para uma análise séria. Nesta pesquisa não constatou-se um ambiente de gestão ou legislativo que oferece uma proposta real sobre orçamento das instituições federais de ensino em educação bilíngue libras/português. Foi observado uma única proposta relacionando o orçamento das IFES vindo do MEC que pode incrementar o orçamento do IFSC Câmpus PHB, contudo, não pelo viés da política da diferença e da educação bilíngue libras/português. Essa proposta é o Programa Future-se.

As idiosincrasias da formação da proposta do Câmpus Palhoça PHB em educação bilíngue libras/português trazem o peso da responsabilidade do Governo Federal, dos Institutos Federais, da comunidade local e do Câmpus Palhoça PHB,

de validar essa iniciativa como uma realidade fundamental para o sucesso no Brasil em relação ao processo de retirar da invisibilidade, através da educação, não só a pessoa surda, mas várias tribos minoritárias esquecidas pela sociedade brasileira. Por isso, devemos entender o custo do aluno surdo de forma diferenciada, prospectando sem receio investir nos proveitos em educação de surdos que um país possa ter.

O argumento da necessidade de um movimento sério sobre um olhar diferenciado do orçamento no ensino bilíngue libras/português valida-se a cada passo que os profissionais pesquisadores da área ousam se embrear. Os temas propostos trazendo dados históricos e práticos da educação bilíngue libras/português e o custo aluno do IFSC Câmpus PHB, esclarecem a necessidade de um ambiente sério de discussão sobre o assunto, a fim de atingir e se responsabilizar pelo processo civilizatório do sujeito surdo.

REFERÊNCIAS

ANDIFES - **Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior**. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>>. Acesso em 20/10/2019.

BAR, E.; MASUTTI, M. L.(Org.). **Educação Bilíngue(Libras/Português): Pesquisa e Fazer**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 10/10/2019.

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Esbelece as diretrizes e base da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm> Acesso em 10/10/2019.

BRASIL. **Lei nº. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm; Acesso em 05/10/2019.

CÂMARA DE DEPUTADOS - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, 56ª

Legislatura. **Apresentação e Debate do Programa FUTURE-SE, do Ministério da Educação**, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cft/audiencias-publicas/audiencias-publicas-2019/apresentacao-do-programa-future-se>. Acesso em 30/10/2019.

CONIF - **Conselho Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/>.

COSTA, B. S. **Apuração do Custo por Aluno: Um Estudo no Câmpus Palhoça Bilíngue do Instituto Federal de Santa Catarina**. 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC. Florianópolis, 2018.

CRH-UFBA, Grupo de Pesquisa Trabalho, Precarização e Resistência do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades. **Dossiê Sobre o Programa Future-se Do Governo/MEC e as Implicações para a Universidade e a Sociedade**. Bahia: CEPH, 2019. Disponível em: <http://trabalhoprecarizacaoeresistencias.blogspot.com/2019/08/dossie-future-se.html>. Acesso em 24/10/2019.

DUARTE, M. B. **A execução orçamentária do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, no período de 2012 a 2015**. 2017. 97 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Macuri Diamantina, UFVJM. Teófilo Otoni, Minas Gerais, 2017.

IFSC, **Consup divulga nota sobre bloqueio orçamentário**. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/conteudoaberto/-/asset_publisher/1UWKZAKiOauK/content/id/1673728/consup-divulga-nota-sobre-bloqueio-or%C3%A7ament%C3%A1rio. Acesso 14/10/2019.

IFSC, **De onde vem o dinheiro do IFSC?**: Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/conteudoaberto/-/asset_publisher/1UWKZAKiOauK/content/id/1731132. Acesso 08/10/2019.

IFSC, Palhoça Bilíngue Libras/Português, **Dotação Empenhado DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS DEZ 2018**. Tabela disponibilizada pelo Departamento de Administração (DAM) IFSC Câmpus PHB em outubro de 2019. Disponível em: https://drive.google.com/open?id=1b2PKQEoLd5TqzPqGfEPz2_vt6QWAc47Y. Acesso 15/10/2019.

IFSC, **Série Orçamento: Entenda como se forma o orçamento federal**: Disponível em: <https://linkdigital.ifsc.edu.br/2016/08/12/serie-orcamento-entenda-como-se-forma-o-orcamento-federal/>. Acesso 16/10/2019.

IFSC, **Série Orçamento: Como os cortes afetam o IFSC e o que a instituição faz**

para superá-los. Disponível em: <https://linkdigital.ifsc.edu.br/2016/09/23/serie-orcamento-como-os-cortes-afetam-o-ifsc-e-o-que-a-instituicao-faz-para-supera-los/> . Acesso 12/11/2019.

IFSC – Instituto Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de Santa Catarina – Câmpus Palhoça Bilingue Libras/Português. Disponível em: <http://palhoça.ifsc.edu.br/>. Acesso em 20/10/2019

IFSC. **Resolução CONSUP N°06**, de 25 de março de 2019. Aprova o Plano Anual de Trabalho 2019 do IFSC. Florianópolis, SC, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://sigrh.ifsc.edu.br/sigrh/downloadArquivoidArquivo=437271&key=d326fe2a6feb9230b23c51f88fa85c2>. Acesso em 17/10/2019

MACHADO, P. C., FERRETI, CLÁUDIO, MORAIS, CARLA DAMASCENO(Orgs.) **Princípios Educativos na Perspectiva da Diferença**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2011.

MACHADO, P. C. **Questões Historiográficas e Políticas da Educação Bilingue para Surdos**, 2011. in: MACHADO, P. C., FERRETI, CLÁUDIO, MORAIS, CARLA DAMASCENO(Orgs.) **Princípios educativos na perspectiva da diferença**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2011.

MEC – **Ministério da Educação**. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/>. Acesso em 10/10/2019.

MORAIS, CARLA. **O Reconhecimento da Língua de Sinais na Educação de Surdos no Instituto Federal de Santa Catarina**, 2011. in: BAR, E.; MASUTTI, M. L. (Org.). **Educação Bilingue(Libras/Português): Pesquisa e Fazer**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2015.

OLIVEIRA, J. F.; DOURADO, L. F. **A Reforma da Educação Superior e os Seus Desdobramentos nas Universidades Federais: Tópicos para um Debate**. Campo Grande: UCDB, 2003. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/509>. Acesso em 17/10/2019.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf. Acesso em: 31/10/2019.

SHWARTZMAN, S. **O Ensino Superior no Brasil: A Busca de Alternativas**, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1996. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/alternat.htm>. Acesso em 17/10/2019.

SILVA, S.G. L. **Compreensão Leitora em Segunda Língua de Surdos Sinalizantes da Língua de Sinais: Um Estudo Comparativo Entre Estudantes de**

Uma Educação em Ambiente Bilíngue e Não Bilíngue. 2016. 250 f. Dissertação (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Florianópolis,2016.

SILVA, S. G. L. Ensino de Língua Portuguesa Para Surdos: Das Políticas as Práticas Pedagógicas. 2008. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Florianópolis,2008.

SILVA, V. A Luta dos Surdos Pelo Direito à Educação e ao Trabalho: Relato de uma Vivência na Escola Técnica Federal de Santa Catarina. 2001. 142 f. Dissertação (Mestrado e Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Florianópolis,2001.

SILVA, V. A Política da Diferença: Educadores Intelectuais Surdos em Perspectivas. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2011.

SKLIAR, C. Um Olhar Sobre o Nosso Olhar Acerca da Surdez e das Diferenças, 1998. in: MACHADO, P. C., FERRETI, CLÁUDIO, MORAIS, CARLA DAMASCENO(Orgs.) **Princípios Educativos na Perspectiva da Diferença.** Florianópolis: Publicações do IFSC, 2011.